

Universidade Autónoma de Lisboa

SEMINÁRIO “ESPAÇO EUROPEU DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”

Painel “A identidade europeia e a Constituição”

23 de Março de 2004

Tópicos da intervenção de Luís Moita

A palavra identidade pode apontar em duas direcções: a identidade-raiz e a identidade-projecto. A primeira mergulha nas origens e olha para o passado, a segunda visa o futuro.

No espaço europeu, a identidade-raiz não é propriamente uma identidade, não constitui uma singularidade. Pelo contrário, a Europa construiu-se numa pluralidade de línguas, de culturas, de tradições, no quadro de eco-sistemas diferenciados e de distintos sentimentos de pertença. Não obstante alguns filões comuns – como a herança filosófica, cultural e jurídica greco-romana ou como a tradição monoteísta judaico-cristã e mesmo islâmica – a história europeia é feita de rupturas e de antagonismos: constituição de nacionalismos demarcados por particularismos e oposições, rupturas religiosas que provocaram cismas e perseguições, antagonismos geopolíticos que delimitaram fronteiras e suscitaram guerras.

Se esta diversidade caracteriza a própria configuração europeia (na ausência de uma identidade-raiz de matriz uniforme), a Europa parece estar em condições históricas de ambicionar uma identidade-projecto. Como é lógico, uma identidade-projecto só pode resultar de um acordo – porventura informal ou mesmo implícito – entre os povos da Europa em torno de objectivos comuns, desenhando um consenso alargado e mobilizador.

Muitas vezes na história, a identidade definiu-se a partir da oposição ao estranho e ao diferente, como se um conjunto humano para se afirmar tivesse de se opor, ou só existisse ele próprio por força de um antagonismo. Talvez no caso da Europa ela possa adquirir uma identidade-projecto, não por oposição a terceiros, mas por afirmação de valores, criando justamente um espaço de valores

partilhados. Mas tal só é possível se, aos olhos dos cidadãos europeus, esse quadro de valores coincidir com interesses reais.

São diversos os valores susceptíveis de coincidirem com interesses e que estão hoje presentes no horizonte da construção europeia. Sem preocupações de inventário exaustivo, podem ser referenciados: um sistema político de liberdades democráticas e de salvaguarda de direitos de cidadania; um modelo social que dignifica o trabalho e que proporciona mínimos materiais de vida digna; uma sociedade aberta ao cosmopolitismo e ao universalismo; um espaço de coesão social, acolhedor de quem procura asilo e de quem emigra em busca de trabalho; um espaço de inovação científica e tecnológica; uma economia de livre circulação e de prosperidade; um desenvolvimento compatível com o equilíbrio do ecossistema; uma prática de cooperação que materialize o imperativo de solidariedade internacional; uma determinação no sentido de abolir a guerra e de garantir a segurança colectiva através de dispositivos multilaterais firmes e comumente aceites.

Estes traços da identidade-projecto europeia representam uma possibilidade histórica. Os valores que eles exprimem estão de há muito em construção. Só esta identidade-projecto pode dar substância ao processo de construção europeia. Nenhuma arquitectura política e institucional fará sentido se não assentar nos valores e nos interesses constantes da identidade-projecto.

O previsto Tratado constitucional da União é a expressão mais elevada dessa arquitectura. Representa o avanço institucional exigido pela necessidade de constituir novos centros de decisão política, susceptíveis de regular um espaço económico doravante ampliado muito para além das fronteiras nacionais. Trata-se de um avanço caracterizadamente de direcção federal. Com isso, corre-se o risco de edificar um mega-Estado, ainda mais distante dos cidadãos. A fim de exorcizar esse risco, parece necessário que a mobilização dos cidadãos, em torno dos valores e dos interesses presentes na identidade-projecto, sirva de sustentação à nova arquitectura institucional.

Não há mobilização sem comunicação política, sem informação esclarecida, sem debate democrático, sem espaços públicos de maturação de consensos. Nesse quadro, a pluralidade das identidades-raízes poderá afirmar-se e reforçar-se, no âmbito da comum identidade-projecto.